

Correio Braziliense – 17/07/2009

Reajuste acima do necessário

Uso das térmicas para evitar apagão custa R\$ 2,3 bilhões. Despesa começa a ser rateada e brasilienses receberão a fatura em agosto

Karla Mendes

Os reajustes das contas de luz poderiam ser até 20% menores este ano se o governo não tivesse mudado as regras (1) para evitar o risco de apagão em 2008. Isso porque a decisão de acionar todas as usinas térmicas no ano passado gerou uma fatura de R\$ 2,3 bilhões que está sendo rateada entre todos os consumidores do país. Nos aumentos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), há casos em que o Encargo sobre Serviços de Sistemas (ESS) - valor recolhido nas faturas de energia elétrica que funciona como um seguro contra o racionamento - subiu 21.007%, como para a Cemat (MT), e 20.843% para a Cemig (MG). Para a CPFL Paulista (SP), o ESS teve peso de 4,2 pontos percentuais ou 19,8% do índice de 21,22% de alta fixado pela agência (veja quadro).

Os consumidores do Distrito Federal vão receber a fatura em breve. A CEB entrega hoje à Aneel os cálculos que serão usados como parâmetro para o índice de reajuste que será fixado para a concessionária em agosto. Reinaldo de Lima Rosa, superintendente de regulação da CEB, adiantou que o uso das térmicas terá impacto no índice da concessionária. "Os custos do acionamento das térmicas foram suportados pelo distribuidor. Agora, têm que ser repassados", observa. Segundo ele, a compra de energia, que responde por 38% da composição da tarifa, é o que deve ter maior peso na definição do índice da CEB. "Tínhamos um valor e, agora, temos outro. Em 2008, o Mwh (megawatt/hora) custava R\$ 79,35. Agora, está indo para R\$ 104,31", afirma.

Custo alto

Especialistas no setor elétrico contestam o governo. "Os índices de reajustes autorizados ficaram entre 10% e 20% maiores por causa desse encargo. O que se pergunta é: onde está o estudo que mostra a relação custo-benefício? Essa metodologia está provocando um custo assustador para a população", ressalta **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**.

Ele observa que a tarifa do ESS varia de empresa para empresa, mas responde por 2% do valor total das contas de luz no país. **Sales** compara o ESS a um seguro, mas observa que o "bem" que está sendo protegido - a possibilidade de racionamento de energia - custa muito menos que o prêmio que está sendo pago. "O valor do ESS, que nos últimos cinco anos ficou na casa dos R\$ 150 milhões, saltou para R\$ 2,3 bilhões em 2008, o que é um custo extraordinário", critica.

O **Acende Brasil** fez análises do custo do acionamento das térmicas com a metodologia anterior e a atual e chegou à conclusão de que essa medida era desnecessária.

O instituto fez a avaliação com dois parâmetros: um otimista e um pessimista para os próximos cinco anos. "Um é o balanço estrutural, que é ver quais são a demanda e a oferta média entre o fim de 2007 e início de 2008, e constatamos que o Brasil estava com folga de energia de mil megawatts médios, o equivalente a 1,5 Jirau ou três vezes Angra 3 para os próximos cinco anos. Num cenário pessimista, considerando o crescimento da demanda de energia de 4,4% ao ano e queda de pelo menos 50% na oferta de energia das térmicas e que Jirau (hidrelétrica) atrasasse seis meses, ainda assim teríamos um superávit de energia de 2009 a 2013 de 1.880 megawatts médios", afirma.

José Goldemberg, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da USP e ex-ministro de Ciência e Tecnologia, também questiona o despacho das térmicas. "Primeiro, porque as térmicas parecem baratas, pois o custo de R\$ 160 por megawatt hora é um preço que não é ruim. Mas isso para funcionar 10% do tempo. Quando existe emergência e ela é acionada, o custo sobe para R\$ 500, R\$ 600", diz. "O segundo aspecto é que (as térmicas) vão na contramão de aumento de emissão de carbono. A projeção da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) é que a matriz hidrelétrica responda por 85% do parque brasileiro e, com as térmicas em funcionamento, cai a para 75%", afirma.

Para Adriano Pires, professor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a mudança das regras do jogo foi uma decisão política. "Esse governo tem um problema concreto porque combateu medidas do governo Fernando Henrique Cardoso e sempre prometeu que no governo do PT não ia ter racionamento", afirma.

1 - REGRAS DO SEGURO

No fim de 2007, o governo abriu mão de um critério de uso de fontes de energia complementares à hidrelétrica que estabelecia uma ordem para acionar usina térmicas, ligando primeiro as de menor custo. Essa opção custou R\$ 5,7 mil por megawatt hora (Mwh) para evitar falta de energia em 2008, de acordo com o **Instituto Acende Brasil**. O valor é mais que o dobro do que o considerado aceitável pelo próprio Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que é de R\$ 2,5 mil.